

# Empresa EUROPA

Política empresarial: notícias e análises

Publicação da Direcção-Geral da Empresa da Comissão Europeia

# 9

Outubro-Dezembro de 2002

**APOSTAR NA COMPETITIVIDADE**  
Aplicação do Best



**INOVAÇÃO**  
Impulsionar a investigação europeia



**INDÚSTRIA**  
O legado de Joanesburgo



**NOVA ECONOMIA**  
Responsabilidade social das empresas



**MERCADO INTERNO**  
Para uma melhor regulamentação



## Apostar no LeaderSHIP

PÁGINAS 10 e 11



Comissão  
Europeia

**EDITORIAL**

Revisitar a política industrial 3

**APOSTAR NA COMPETITIVIDADE**

Aplicação do Best 4

**TRANSFERÊNCIA DE PME**

Facilitar a transferência de empresas 6

**INOVAÇÃO**

Inovação impulsiona a investigação europeia 8

**INDÚSTRIA**

Apostar na liderança na construção naval 10

O legado de Joanesburgo 12

Traçar um rumo para a indústria aeroespacial europeia 13

**NOVA ECONOMIA**

Responsabilidade social das empresas: um trunfo comercial 14



**MERCADO INTERNO**

Para uma melhor regulamentação 16

Produtos da construção: progresso da marcação CE 17

Imposição da vigilância dos mercados para as directivas da nova abordagem 18

Tamanho das embalagens livre ou fixo? 19

Revisão da Directiva «Dispositivos médicos» 20

**MERCADO GLOBAL**

Comissão e China debatem regras de segurança no sector eléctrico 21

Actualização PECA 21

**REGISTO**

Conferência Eurocódigos 22

Comissário Liikanen reúne com organizações de normalização 22

Guia Empresa sobre normas e legislação 23

Publicações e agenda 23

**Apostar no LeaderSHIP**

Este Outono anuncia-se crucial para os construtores navais europeus, uma vez que serão examinadas iniciativas para garantir o desenvolvimento do sector num mundo altamente competitivo. (páginas 10 e 11)

**Publicação**

*Empresa Europa* é um boletim gratuito publicado trimestralmente nas 11 línguas comunitárias pela Direcção-Geral da Empresa da Comissão Europeia:

Comissão Europeia  
Direcção-Geral da Empresa  
Unidade «Informação e Comunicação»  
Tel. (32-2) 299 23 98  
Fax: (32-2) 299 19 26

E-mail: [enterprise-europe@cec.eu.int](mailto:enterprise-europe@cec.eu.int)

As fotografias para esta edição foram disponibilizadas pelo Meyer Werft, Papenburg (cover), Fincantieri, ALSTOM Marine and Photodisc.

Ilustração de Edouard Aronson.

**Informação editorial**

*Empresa Europa* procura demonstrar como o fomento da empresa, inovação e espírito empresarial podem criar uma Europa de crescimento económico sustentado, com mais e melhores empregos e maior coesão social.

Encontra-se disponível no sítio Europa da Comissão ([europa.eu.int/comm/enterprise/library](http://europa.eu.int/comm/enterprise/library)) uma versão electrónica de *Empresa Europa*.

Poderá aí encontrar também informações regularmente actualizadas sobre assuntos de interesse para os leitores de *Empresa Europa*. Podem ser também consultadas em linha — sítios [europa.eu.int](http://europa.eu.int) e [europa.eu.int/comm/enterprise](http://europa.eu.int/comm/enterprise) — outras informações referentes à Comissão Europeia.

Editor: Andrew Boreham

**Assinaturas:**

[europa.eu.int/comm/enterprise/library/enterprise-europe](http://europa.eu.int/comm/enterprise/library/enterprise-europe)  
ou  
Empresa Europa  
SC15-6/49  
B-1049 Bruxelles  
Fax: (32-2) 299 19 26  
E-mail: [enterprise-europe@cec.eu.int](mailto:enterprise-europe@cec.eu.int)

© Comunidades Europeias, 2002  
Reprodução autorizada mediante indicação da fonte

N.º de catálogo: NB-BH-02-009-PT-C

# Revisitar a política industrial



O abrandamento do crescimento da produtividade europeia tornou maiores os desafios da política industrial e empresarial da UE. O objectivo de Lisboa de fazer da Europa a economia mais competitiva do mundo até 2010 ficará comprometido, a menos que as instituições comunitárias e os Estados-Membros consigam rapidamente acelerar o crescimento sustentável da economia baseada no conhecimento. Uma Comunicação da Comissão sobre a política industrial, que será apresentada no Outono, dará um novo impulso.

Os responsáveis pela política da Empresa da Comissão Europeia estão a rever a estratégia fixada em sucessivas comunicações, desde 1999, em torno da política industrial e de competitividade. O essencial é definir um enquadramento para a actividade empresarial, ainda que as orientações possam evoluir a fim de acompanhar mudanças como, por exemplo, o ajustamento estrutural das empresas tradicionais, o investimento em infra-estruturas de rede, ou ainda a adopção de novas tecnologias, competências e inovações.

A decisão de rever esta estratégia foi tomada em Julho, num seminário entre os comissários europeus, depois de o Relatório sobre a Competitividade de 2002 ter revelado que a competitividade europeia está a crescer menos do que a dos EUA e abaixo do ritmo previsto no plano fixado na cimeira de Lisboa. Prevê-se que a nova comunicação se centre nos desafios que enfrenta a política industrial, em resultado do processo de alargamento da UE, da globalização, do imperativo da sustentabilidade, do aumento de escala e de oportunidades proporcionadas pelo mercado único e ainda do papel fundamental que desempenha a competitividade industrial.

Numa reunião informal do novo Conselho «Competitividade», a realizar em Nyborg (Dinamarca) em 11 e 12 de Outubro, serão debatidos os meios para atingir o objectivo de realizar o pleno potencial de crescimento da Europa. Este novo formato do Conselho, decidido em Sevilha, combinará as políticas da Empresa/Industrial, da Investição e do Mercado Interno. O primeiro dia será consagrado à necessidade de repor o processo de Lisboa no bom caminho, e o segundo à promoção de uma melhor regulamentação para simplificar as regras aplicáveis às pequenas e médias empresas.

A comunicação sobre a política industrial será apresentada oficialmente no segundo Conselho Competitividade (Mercado Interno e Indústria), em Novembro. ■

**JEAN-PAUL MINGASSON**  
Director-Geral da Empresa

*O Procedimento Best teve início em Dezembro de 2000 e tem como objectivo apoiar os esforços dos Estados-Membros para identificar as melhores práticas e proceder ao seu intercâmbio em áreas claramente definidas como de especial importância para as empresas. No ano passado a Comissão lançou 11 projectos, estando já concluídos ou na fase final mais de metade. As lições são muitas e úteis.*



## Aplicação do Best

Os projectos do Procedimento Best chamam a atenção dos políticos para questões fundamentais. Os temas seleccionados são concertados com os governos e as organizações empresariais, a fim de se obter uma mudança real das políticas nacionais e melhorar o ambiente empresarial.

Na maior parte dos casos estes projectos, concebidos e geridos pela Comissão num ciclo anual, baseiam-se em exercícios de análise comparativa (ver *Empresa Europa* nº 6), que permitem uma avaliação sistemática do desempenho e, portanto, uma melhor compreensão dos elementos que conduzem ao sucesso.

Do conjunto inicial de projectos, cinco estão já concluídos. A experiência recolhida irá agora ser utilizada de diversas formas e em várias fases do ciclo empresarial.

### Serviços de apoio às empresas

O recurso a estes serviços pode aumentar consideravelmente o desempenho de uma empresa. Contudo, apurou-se que são menos de 15% as empresas que os utilizam e que este

tipo de apoio se desenvolveu de forma descoordenada.

Por outro lado, constatou-se que as organizações com actividades neste domínio se defrontam igualmente com grandes desafios: têm de dar resposta às necessidades das empresas numa economia global e baseada no conhecimento, têm de se adaptar às possibilidades resultantes das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) e têm de conceber normas profissionais em matéria de prestação de serviços.

Algumas das melhores práticas detectadas:

- criação de serviços de apoio coerentes e coordenados;
- utilização de uma metodologia para ajudar as empresas a desenvolverem a sua própria capacidade de gestão;
- prestação de serviços adaptados às necessidades individuais dos clientes;
- reforço do profissionalismo do pessoal; e
- criação de uma cultura de avaliação que se reflita na concepção e no funcionamento de serviços de apoio

## Aferição da carga administrativa sobre novas empresas

Muitos Estados-Membros estão a realizar um esforço considerável para simplificar as exigências regulamentares e facilitar a criação de sociedades de responsabilidade limitada. Mesmo assim, ainda nenhuma administração conseguiu integrar todos os benefícios potenciais resultantes do investimento nas TIC.

Além disso, existem muitas diferenças entre os Estados-membros e há muito espaço para aperfeiçoar os procedimentos para registar uma sociedade, o que se traduz inevitavelmente em importantes diferenças de tempo e de custo para quem pretende criar a sua própria empresa.

Das iniciativas adoptadas para incentivar a criação de novas empresas salientam-se:

- introdução de balcões únicos e de prazos legais para resposta;
- recurso a sistemas de autocertificação, em vez de sistemas de autorização;
- utilização da internet para prestar informações;
- simplificação dos documentos de registo; e
- redução dos custos envolvidos.

## Aferição das políticas de apoio às PME no comércio electrónico

É às empresas que cabe a principal responsabilidade pela transição para a economia electrónica (eEconomia). Mas a maior parte dos Estados-Membros introduziu medidas específicas para incentivar esta tendência, especialmente entre as pequenas e médias empresas (PME).

A aferição de 150 iniciativas políticas relevantes nos 16 países participantes permitiu identificar muitos exemplos de boas práticas de sensibilização e de melhoria das competências em matéria de TIC, ou ainda a promoção de redes de apoio e de desenvolvimento de plataformas internet para as PME.

As conclusões do projecto salientam:

- a necessidade de consulta da comunidade empresarial e de políticas de comércio electrónico flexíveis;
- a importância das parcerias público-privado;
- a validade do aconselhamento às PME;
- a importância de objectivos claros e de recursos suficientes para políticas de comércio electrónico bem sucedidas; e
- a necessidade de uma avaliação periódica da eficácia das iniciativas.

## Aferição da gestão de viveiros de empresas

O número de viveiros de empresas por milhão de pessoas empregadas varia significativamente na União, predominando na Finlândia, Alemanha, Suécia, Luxemburgo e Reino Unido.

Mas o projecto confirmou que os viveiros aumentam a probabilidade de sobrevivência das novas empresas e a um custo mais baixo. Cerca de 90% das empresas que arrancaram num viveiro ainda continuam em actividade após três anos. Por outro lado, o custo para o Estado inerente à criação de postos de trabalho nestas empresas é apenas de 4 000 euros, um valor relativamente baixo quando comparado com outros meios e programas.

No seu conjunto, os 850 viveiros europeus ajudam a criar, por ano, 29 000 empregos duradouros em empresas que são mais viáveis do que as criadas fora dos viveiros.

Atendendo às enormes diferenças de funcionamento entre os viveiros europeus e não europeus, especialmente os americanos, a Comissão considera que existe aqui espaço para troca de experiências.

## Avaliação do impacto sobre as empresas

Os Estados-Membros consideram a avaliação do impacto das propostas

legislativas um instrumento útil, que pode contribuir para simplificar e melhorar o ambiente regulamentar. Isto mesmo foi confirmado num seminário realizado em 26 de Junho de 2001 (ver *Empresa Europa* nº 5).

O projecto salientou a importância de:

- empenhamento político;
- iniciar cedo o processo de desenvolvimento da política;
- separar a análise do impacto da apreciação política;
- consultas;
- mecanismos internos e externos de revisão; e
- orientações comuns, mas flexíveis.

Os resultados foram integrados no projecto-piloto de avaliação do impacto sobre as empresas da DG da Empresa, concluído em Março de 2002.

Existem ainda outros projectos em fase de conclusão - sobre a transmissão de empresas, ensino e formação em matéria de espírito empresarial, "business angels", controlo das competências de TIC e promoção do espírito empresarial entre as mulheres. As suas conclusões serão apresentadas nos próximos números da *Empresa Europa*. ☰

ALBERTO LICCIARDELLO

## @ CONTACTO:

Alberto.Licciardello@cec.eu.int

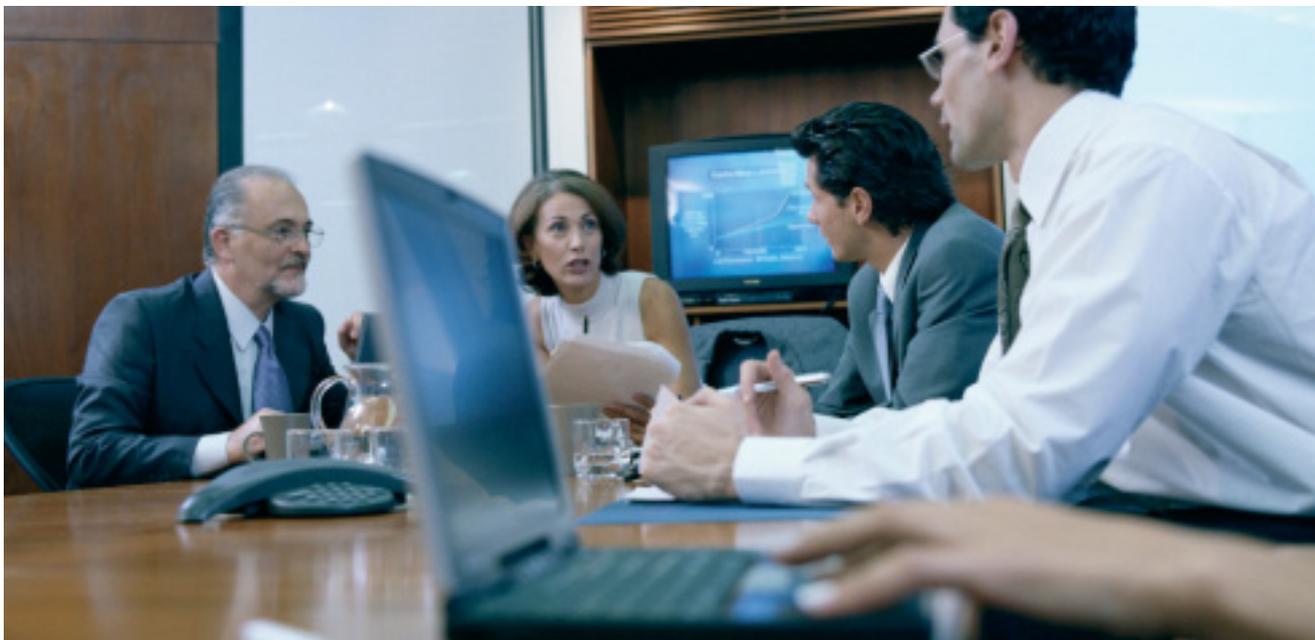


## TELECARREGAMENTO...

**Avaliação do impacto sobre as empresas:**  
[europa.eu.int/comm/enterprise/regulation/bia/best\\_procedure/index.htm](http://europa.eu.int/comm/enterprise/regulation/bia/best_procedure/index.htm)  
[europa.eu.int/comm/enterprise/regulation/bia/ppbia\\_en.htm](http://europa.eu.int/comm/enterprise/regulation/bia/ppbia_en.htm)

\* [europa.eu.int/comm/enterprise/library/enterprise-europe/issue6/articles/pt/enterprise03\\_pt.htm](http://europa.eu.int/comm/enterprise/library/enterprise-europe/issue6/articles/pt/enterprise03_pt.htm)

# Facilitar a transferência de empresas



*Após a criação e o crescimento, a terceira fase mais importante do ciclo de vida de uma empresa é a sua transferência para novos proprietários. Infelizmente, muitas transacções correm mal, arrastando consigo empregos, activos e possibilidades de negócio.*

*Para assegurar que a transferência de propriedade é um novo começo e não o princípio do fim, os empresários têm de ser incentivados e apoiados para prepararem a tempo todo o processo.*

**P**revê-se que na próxima década um terço do total das empresas da UE mudem de mãos. Isto significa que todos os anos, em média, há 610 000 PME que passam para novos proprietários. Atendendo a que destas transacções dependem mais de 2 milhões de postos de trabalho, é essencial que as mesmas se efectuem o mais suavemente possível.

Examinar as disposições legais e fiscais e as medidas de apoio implementadas nos últimos anos pelos governos comunitários para incentivar esta transição suave foi a tarefa de um grupo de peritos, que acaba de apresentar as suas conclusões.

Este grupo de peritos, que incluía representantes das empresas, universitários, funcionários públicos e empresários de 12 Estados-Membros, concluiu que menos de metade das 21 medidas de natureza fiscal e jurídica recomendadas pela Comissão há oito anos para facilitar a transmissão das pequenas empresas foi efectivamente implementada.

No seu projecto de aferição da política de empresa, o grupo identificou cinco domínios essenciais. Em dois deles verificaram-se progressos notórios. Treze Estados-Membros

introduziram regras especiais em matéria de sucessões e dez adoptaram medidas para incentivar a transmissão a terceiros.

No entanto, apenas sete ou oito governos introduziram disposições nas outras três áreas - desagravamento fiscal da reforma antecipada, reinvestimento das receitas noutras PME ou políticas para incentivar a venda de uma empresa aos seus empregados.

No total, os peritos identificaram 53 principais medidas de apoio, que vão da sensibilização, informação e educação até à assistência e orientação e apoio financeiro. Entre as recomendações sugeridas destacam-se:

- criação de um «Centro Europeu de Transferência de Empresas» para coordenar dados e partilhar as melhores práticas;
- construção de uma base de dados/mercado europeu de vendedores e compradores;
- organização periódica de seminários e reuniões consagrados a questões específicas relacionadas com esta temática;
- desenvolvimento de instrumentos de formação e de gestão adaptados às pequenas empresas familiares;
- lançamento de programas de apoio e de investigação sobre a transmissão de empresas; e
- dedicar tanta atenção às transferências de propriedade quanto à criação de empresas.

A Comissão, em colaboração com os Estados-Membros, acaba de criar um grupo especial de peritos, constituído por funcionários nacionais, para pesquisar formas de implementar rapidamente as restantes recomendações.

### Tendências emergentes

O relatório salienta ainda a emergência de tendências comuns em todos os Estados-Membros, com o número crescente de transferências de propriedade a fazer com que este fenómeno se esteja a converter numa importante questão de política.

## EXEMPLOS DE BOAS PRÁTICAS

**A ITÁLIA SUPRIMIU** o imposto sobre sucessões, independentemente do valor dos bens ou do grau de parentesco entre as partes. Aboliu igualmente o imposto sobre doações a familiares próximos, embora o mesmo continue sujeito a um limite máximo de 180 000 euros para transmissões a terceiros.

**O MINISTÉRIO FEDERAL ALEMÃO DA ECONOMIA E DA TECNOLOGIA**, em colaboração com diversas organizações e bancos, lançou a iniciativa «nexxt», destinada a incentivar as transmissões de empresas através da junção de todas as partes envolvidas no processo. A iniciativa apresenta meios concretos de resolver problemas e fornece todas as informações relevantes no seu sítio web: [www.nexxt.org](http://www.nexxt.org).

**A DINAMARCA CRIOU** em 1999 um mercado assente na internet ([ticmarked.dk](http://ticmarked.dk)) para a compra e venda de PME. São incluídos critérios como o ramo de negócio, localização, vendas e dimensão da empresa para eventuais compradores e vendedores. Todas as empresas são descritas de forma anónima e os primeiros contactos são feitos através de intermediários aprovados. Só num ano registaram-se 900 compradores e vendedores e foram vendidas cerca de 100 empresas. A iniciativa passou agora a abranger também o Sul da Suécia e o Norte da Alemanha.

As tendências emergentes incluem a venda de um maior número de empresas familiares a terceiros, maior movimentação de empresários entre empresas (passando menos tempo em cada uma delas), e mais transmissões por razões pessoais, como a antecipação da reforma. Muitas destas transacções constituem uma resposta ao aumento das pressões competitivas, à medida que os mercados, produtos e canais de distribuição evoluem.

As conclusões do relatório foram apresentadas num seminário europeu sobre a transferência de empresas realizado em Viena, em Setembro. Organizado conjuntamente pela Comissão e pelo Ministério Federal austríaco da Economia e do Trabalho, o seminário reuniu 150 empresários e membros de administrações públicas, de organizações empresariais e profissionais e consultores.

O objectivo do seminário não era apenas divulgar exemplos de boas práticas, mas também salientar a importância da criação de um enquadramento adequado para a

transferência de empresas. Além de se debruçar sobre casos práticos, centrou-se especificamente no impacto da legislação na transferência de empresas, na importância das medidas de sensibilização e na necessidade de medidas de apoio para enquadrar o processo de transmissão de propriedade. ≡

KIRSI EKROTH-MANSSILA

@ CONTACTO:

[ENTR-SME-definition@cec.eu.int](mailto:ENTR-SME-definition@cec.eu.int)

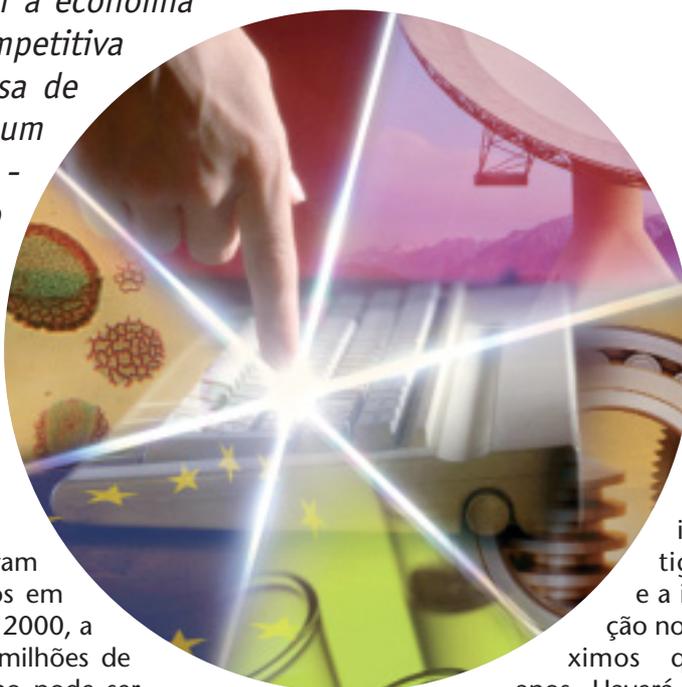


**TELECARREGAMENTO...**

[europa.eu.int/comm/enterprise/entrepreneurship/support\\_measures/transfer\\_business/index.htm](http://europa.eu.int/comm/enterprise/entrepreneurship/support_measures/transfer_business/index.htm)  
[www.transferofbusinesses.at](http://www.transferofbusinesses.at)

# Inovação impulsiona a investigação europeia

*A diferença entre as despesas com investigação nos EUA e na UE está a aumentar. Para atingir o objectivo de se tornar a economia baseada no conhecimento mais competitiva do mundo até 2010, a União precisa de inverter esta tendência. A criação de um espaço europeu de investigação - o elemento central do novo sexto programa-quadro de investigação, que será lançado oficialmente em Novembro - pode contribuir para alcançar esse objectivo. A inovação tem aqui um importante papel a desempenhar.*



**H**á oito anos, os EUA gastaram mais 51 mil milhões de euros em investigação do que a UE. Em 2000, a diferença aumentou para 124 mil milhões de euros, e só em parte este fenómeno pode ser explicado pela evolução da taxa de câmbio da moeda europeia contra o dólar.

Um factor importante é o menor investimento em investigação e inovação pelas empresas europeias, por comparação com as empresas americanas. A Comissão considera que o novo programa-quadro de investigação, que envolverá 17,5 mil milhões de euros e dará ênfase à criação de um verdadeiro espaço europeu de investigação, irá funcionar como alavanca para aumentar o investimento do sector privado.

O programa tem por objectivo garantir a excelência científica e o aumento da competitividade e da inovação através de mais cooperação, complementariedade e coordenação entre os intervenientes na investigação, em todos os seus níveis.

Vai ser atribuído um montante total de 290 milhões de euros para reforçar a ligação entre a

investigação e a inovação nos próximos quatro anos. Haverá ainda mais financiamentos do

Fundo Europeu de Investimento, no quadro da sua «Iniciativa Inovação 2000», e das políticas regional e social da UE. Este apoio será utilizado para estimular a inovação tecnológica, a utilização dos resultados da investigação, a transferência de conhecimentos e a criação de empresas tecnológicas na União.

Esta ênfase reflecte o facto de o impacto macroeconómico da criação de novos conhecimentos depender da disseminação activa de informações sobre inovação, da divulgação de novas tecnologias e da sua adopção pelas indústrias tradicionais.

## **Explorar os resultados da investigação**

A Europa, todavia, tem revelado uma menor capacidade para transformar os resultados dos projectos de investigação e das descobertas científicas e tecnológicas em sucessos industriais, económicos e comerciais.

Por conseguinte, acções de incentivo à inovação empresarial podem contribuir para aumentar o nível global de desempenho e a capacidade de inovar da Europa, ajudando as empresas e os agentes inovadores a funcionarem à escala da UE e do mercado mundial.

Uma cooperação mais estreita pode igualmente contribuir para que os intervenientes das diversas regiões beneficiem da experiência e dos conhecimentos adquiridos noutras regiões da União.

Durante os próximos quatro anos, a Comissão tenciona concentrar o apoio à inovação nas áreas em que as políticas públicas podem surtir um maior impacto e promover o desenvolvimento de um modelo europeu de inovação.

As actividades de inovação, muitas das quais dão seguimento a medidas já implementadas no quinto programa-quadro de investigação, irão complementar as actividades nacionais e regionais e apoiar:

- a ligação em rede dos intervenientes e dos utilizadores do sistema europeu de inovação e incentivar o intercâmbio de boas práticas;
- inovação transregional e apoio à criação de empresas tecnológicas;
- experiências com novas ferramentas e abordagens de inovação tecnológica;
- criação ou consolidação de serviços de informação, especialmente electrónicos, como o Cordis, e de serviços de assistência, nomeadamente nos domínios da transferência de tecnologias, da protecção da propriedade intelectual e do acesso ao capital de risco;
- actividades de informação que analisem a evolução tecnológica e comercial em benefício de investigadores e empresários; e

- avaliação das actividades de inovação de projectos de investigação comunitários e exploração dos ensinamentos daí extraídos.

### Estimular um ambiente de investigação

Para fomentar o desenvolvimento coerente de políticas de investigação e de inovação na Europa, o programa-quadro irá criar e apoiar o funcionamento de grupos de trabalho especializados e de fóruns. Incentivará a aferição das políticas de investigação e de inovação, a consolidação de



centros de excelência científica e tecnológica e o trabalho no sentido de melhorar o enquadramento regulamentar e administrativo.

O apoio do programa-quadro à investigação será atribuído a várias categorias de projectos, desde redes de excelência que liguem universidades, empresas e centros de investigação que trabalham com objectivos multidisciplinares e de longo prazo, até projectos de investigação específicos destinados a melhorar a competitividade europeia mediante o ensaio, validação e disseminação de novos conceitos e métodos de inovação.

Serão igualmente incentivados projectos integrados que aumentem a competitividade europeia ou

procurem resolver importantes necessidades sociais, mobilizando uma massa crítica de investigação e de recursos e competências para o desenvolvimento tecnológico.

O novo programa-quadro será lançado oficialmente numa importante conferência que reunirá cerca de 5 000 participantes em Bruxelas, de 11 a 13 de Novembro.

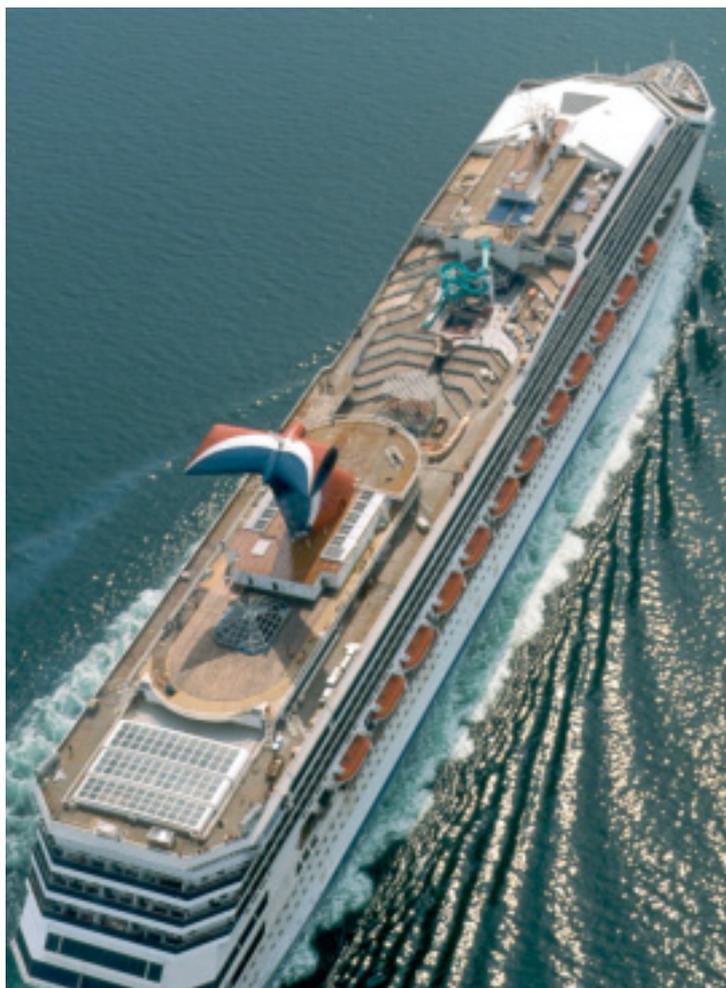
Durante esta conferência haverá uma mesa-redonda sobre questões de investigação e inovação nas relações entre universidades e empresas, liderada por um painel constituído por proeminentes agentes de inovação europeus. Este debate analisará os meios para se fazer da cooperação eficaz entre universidades e empresas um factor cada vez mais importante da capacidade global de uma economia para inovar e competir.

O debate salientará os factores que induzem uma colaboração eficaz, potenciais barreiras a essa colaboração e boas práticas que as podem eliminar. ≡

### @ CONTACTO:

[innovation@cec.eu.int](mailto:innovation@cec.eu.int)

 **TELECARREGAMENTO ...**  
[www.cordis.lu/rtd2002/](http://www.cordis.lu/rtd2002/)



Os estaleiros navais europeus dominaram o mercado mundial durante anos, mas enfrentam agora uma feroz concorrência da Ásia. A sua resposta assenta cada vez mais no esforço de inovação e de I&D. Actualmente, a construção naval é um sector de alta tecnologia, que utiliza as mais recentes técnicas de produção. A indústria de construção naval europeia lançou um conjunto de iniciativas para assegurar que poderá ultrapassar com segurança as tempestades que se avizinham, incluindo provavelmente a iniciativa mais ambiciosa até hoje: LeaderSHIP 2015.

## LeaderSHIP: Apostar na liderança na construção naval

Os tempos vão difíceis para a indústria da construção naval em todo o mundo. O efeito combinado da recessão nos EUA e dos ataques terroristas de 11 de Setembro reduziu a procura dos transportes marítimos, conduzindo à redução de encomendas de porta-contentores e de navios de cruzeiro - segmentos em que os estaleiros da UE são especialmente activos.

Este declínio vem numa altura em que se verifica uma concorrência crescente do Extremo Oriente. Depois de o Japão se ter tornado o maior construtor naval nos anos 60, graças a enormes auxílios do Governo, na última década foi a Coreia do Sul que assumiu o comando, também com grandes investimentos apoiados pelo poder público.

Bem posicionada para ultrapassar em breve a Coreia está a China, onde muitos estaleiros se estão a expandir para explorar as vantagens em

termos de custos de que ainda dispõem. Isto numa altura em que a capacidade de construção naval excede, e desde há muito, a procura mundial de navios mercantes, e os preços dos navios novos atingiram os valores mais baixos da última década. A comunidade internacional ligada à construção naval e os responsáveis políticos irão por isso responder favoravelmente às propostas da China de, em conjunto, se manterem condições leais de comércio no sector.

A indústria naval europeia foi obrigada a responder a esta evolução especializando-se e aumentando a sua competitividade. Nos últimos 25 anos, os estaleiros comunitários mantiveram a sua capacidade de produção, mas o emprego directo passou de 400 000 para 85 000 trabalhadores. Os métodos de produção tornaram-se altamente sofisticados e, comparativamente, envolvem agora grandes despesas em I&D, que representam cerca de 10% do volume de negócios.

Praticamente todas as inovações de produtos na construção naval, como sistemas de concepção e design assistidos por computador a 3 dimensões ou aparelhos de soldadura laser, são de origem europeia, demonstrando que os estaleiros europeus lideram a tendência para navios mais rentáveis, mais seguros e mais limpos.

A especialização obrigou os estaleiros da União a deixarem de produzir navios simples, como graneleros e petroleiros. Concentram-se agora nos navios de cruzeiro e outros navios sofisticados que exigem uma grande estrutura da parte do fornecedor e uma logística de produção complexa.

### Olhar para o futuro

A indústria comunitária está a analisar as perspectivas para o sector até 2015, a fim de aumentar ainda mais a sua competitividade. A iniciativa LeaderSHIP 2015 destina-se a desenvolver novas estruturas de trabalho e as prioridades tecnológicas, assegurando deste modo à Europa a liderança mundial na construção naval. Associa os operadores importantes do sector, sindicatos e responsáveis políticos comunitários e nacionais.

A iniciativa é fortemente apoiada pela Comissão, que através da DG da Empresa está a ajudar a incentivar a competitividade de todos os segmentos do sector, desde construtores e reparadores navais até gabinetes de projectos e institutos de investigação, passando pelos fabricantes de equipamentos.

Este Outono anuncia-se crucial para os construtores navais europeus. No final de Outubro, o Fórum das Indústrias Marítimas, que reúne as associações do sector, realiza a sua assembleia anual em Nápoles - uma oportunidade para a Comissão consultar as pessoas directamente envolvidas nos sectores-chave dos transportes, ambiente, emprego, inovação e outros objectivos políticos da UE.



### A INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO NAVAL NA EUROPA

*Contam-se actualmente na UE 180 estaleiros de construção de navios oceânicos e cerca de 400 estaleiros de reparação. O sector, incluindo os fabricantes de equipamentos, emprega aproximadamente 350 000 pessoas e realiza perto de 34 mil milhões de euros de vendas. É uma indústria importante em 10 Estados-Membros e na Noruega, Polónia, Roménia e Croácia. Em 2001 estes 14 países entregaram 390 navios, num total de 4,3 milhões de toneladas brutas.*

Na mesma altura, a OCDE fará uma nova tentativa para conseguir um acordo internacional relativo ao sector, que deverá substituir o de 1994 - morto à nascença por os EUA nunca o terem ratificado. As negociações terão de abordar o caso específico de os navios não serem abrangidos pelas regras do comércio internacional, porque tecnicamente não são importados - uma situação que permite aos Governos não comunitários subsidiarem à vontade os seus estaleiros.

### Acabar com práticas desleais

As investigações da Comissão revelaram que alguns estaleiros coreanos, na previsão de auxílios estatais, estão a praticar preços abaixo do custo para criarem uma procura que ajude a dar respostas às suas capacidades insustentáveis de construção naval.

Esta anomalia prejudica os construtores europeus, em especial porque os auxílios públicos - equivalentes, no máximo, a 9% do valor da encomenda - foram abolidos na UE no final de 2000. Isto tornou mais difícil para os estaleiros comunitários competirem com os preços deprimidos do mercado mundial, para além de, nos últimos dois anos, terem sido confrontados com uma quebra sensível nas encomendas. Apesar de os esforços iniciais para resolver o litígio não terem sido bem sucedidos, a Comissão continua a pressionar a Coreia para

aplicar os princípios do mercado à construção naval do país.

Se as actuais conversações falharem, a Comissão submeterá o litígio à Organização Mundial do Comércio. E, segundo o acordo alcançado em Julho no Conselho de Ministros da UE, permitirá igualmente a concessão de auxílios temporários (até 6% do valor das encomendas) para as duas categorias de navios - porta-contentores e navios-tanque químicos e para outros produtos - mais prejudicadas pelas práticas ilegais de comércio da Coreia.

RONALD VOPEL

### @ CONTACTO:

Ronald.Vopel@cec.eu.int

### TELECARREGAMENTO...

[europa.eu.int/comm/enterprise/maritime/index.htm](http://europa.eu.int/comm/enterprise/maritime/index.htm)

[europa.eu.int/comm/enterprise/maritime/shipbuilding\\_market/index.htm](http://europa.eu.int/comm/enterprise/maritime/shipbuilding_market/index.htm)



## O legado de Joanesburgo

Dez anos depois da sua antecessora do Rio, a recente cimeira mundial de Joanesburgo apelou a mais acção no domínio do desenvolvimento sustentável. As empresas que responderam a este desafio foram fundamentais para o lançamento de parcerias voluntárias público-privado do «tipo II». Complementam as parcerias do «tipo I» (intergovernamentais) e provavelmente serão o legado mais duradouro de Joanesburgo. A questão agora é cumprir.

**S**e o principal legado do Rio ao mundo foi o novo conceito de desenvolvimento sustentável, o de Joanesburgo foi a acção.

Os progressos decepcionantes dos objectivos fixados na Agenda 21 do Rio sublinham a necessidade de se explorarem novas vias. Talvez a mais original seja uma maior combinação de esforços dos vários intervenientes: governos, organizações não governamentais (frequentemente mais perto das populações locais) e empresas, que possuem não só uma experiência prática, mas também instrumentos materiais, financeiros e de gestão para dar corpo ao desenvolvimento sustentável, em termos económicos, sociais e ambientais.

O reconhecimento em Joanesburgo da necessidade de aproveitar o "know-how" das empresas, na perspectiva das parcerias voluntárias público-privado do tipo II, não pretende substituir os compromissos políticos do tipo I assumidos pela comunidade pública internacional, mas sim completá-los.

**Forte envolvimento das empresas**  
Em Joanesburgo, empresas de todos os continentes estiveram representadas por um grupo «chapéu» - Business Action for Sustainable Development (BASD), onde se inclui a Câmara Internacional de Comércio e o Conselho Mundial das Empresas para o Desenvolvimento Sustentável (cerca de 180 grandes multinacionais especialmente associadas às questões do ambiente). Contudo, a maior parte das

**EXEMPLOS DE PARCERIAS**

**Iniciativa para acelerar o acesso (AAI)**  
A UNAIDS está a trabalhar com grupos empresariais, nomeadamente seis grandes empresas farmacêuticas, para melhorar o acesso aos cuidados contra a SIDA nas regiões do mundo mais afectadas.

**Declaração europeia sobre reciclagem do papel**  
Os signatários - membros da indústria do papel - garantem que até 2005, 56% dos produtos de papel e de cartão consumidos na Europa serão reciclados.

**Iniciativa mundial de e-sustentabilidade (GeSI)**  
A União Internacional de Telecomunicações e 13 membros do sector juntaram-se ao PNUA para levar os benefícios das tecnologias da informação e comunicação aos países em desenvolvimento.

empresas representadas na cimeira (mais de 700 delegados de empresas, principalmente de multinacionais) eram de origem europeia.

Os sectores mais representados foram a energia (petróleo, carvão, gás e nuclear), minas e indústrias químicas e de tratamento da água, bem como muitos bancos e consultores.

### Parcerias

O grupo BASD anunciou uma lista impressionante de parcerias (ver caixa). Estas podem ser puramente privadas, público/privado ou tripartidas, reunindo empresas, governos e organizações não-governamentais (ONG). As parcerias do tipo II são possíveis em qualquer domínio de actividade (por exemplo, energia, água, saúde, transportes, turismo ou luta contra a pobreza).

Estas parcerias devem respeitar as prioridades estabelecidas na Declaração do Milénio ou Plano de Acção da Assembleia Geral das Nações Unidas. E devem ser notificadas e controladas pelo secre-

tariado da ONU, ser transparentes e envolver directamente as populações locais.

Podem também ser promovidas por Governos, organizações internacionais e ONG - e muitas já o foram, pelo menos pela Comissão Europeia e por Estados-Membros da UE.

A DG da Empresa sempre fomentou um envolvimento activo, positivo e prático das empresas na abordagem dos desafios colocados pelo desenvolvimento sustentável. Continuará a ajudar as empresas a desempenharem a sua parte nas parcerias, até por considerar essa uma das promessas mais auspiciosas de Joanesburgo. ≡

UNIDADE E1 - ASPECTOS  
AMBIENTAIS DA POLÍTICA DE EMPRESA

### @ CONTACTO:

Entr-Environment-Aspects@cec.eu.int



### TELECARREGAMENTO...

[www.basd-action.net/  
initiatives/all.php](http://www.basd-action.net/initiatives/all.php)  
[www.un.org/jsummit/index.html](http://www.un.org/jsummit/index.html)

# Traçar um rumo para a indústria aeroespacial europeia



A indústria aeroespacial europeia é líder mundial em muitos segmentos, representando um terço do volume global de negócios do sector. Para aumentar a sua competitividade procedeu a uma importante reestruturação nos últimos anos, estando agora organizada à escala continental. No entanto, o enquadramento político que rege as suas actividades continua demasiado fragmentado. Um novo relatório - Revisão estratégica da indústria aeroespacial para o século XXI (STAR 21) - faz recomendações importantes para superar estas insuficiências.

O relatório STAR 21 surge numa altura em que a União Europeia estabeleceu objectivos ambiciosos, quer em termos de competitividade económica quer para as suas políticas externa, de segurança e de defesa. As duas tendências terão repercursões na indústria aeroespacial.

No ano passado foi criado um Grupo Consultivo Europeu para a indústria aeroespacial para avaliar em que medida será necessário adaptar o enquadramento político e regulamentar existente, a fim de assegurar que a indústria possa progredir, num ambiente em mutação, nas próximas duas ou três décadas.

Este grupo reuniu, sob a presidência do Comissário para a Empresa, Erkki Liikanen, um conjunto excepcional de personalidades do mundo político e empresarial: sete presidentes de empresas aeronáuticas, cinco comissários europeus, o Alto Representante da UE para a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e dois deputados europeus.

O grupo salienta ser essencial uma indústria aeroespacial competitiva para se atingirem as aspirações da Europa em termos económicos e de segurança e defesa. Os objectivos políticos da PESC não podem ser alcançados sem compromissos

igualmente políticos relativos às necessárias capacidades.

Para permitir uma resposta do sector aeroespacial é necessária uma perspectiva política coerente e de longo prazo, em que os recursos possam ser utilizados de forma mais eficaz para se atingir uma massa crítica na Europa. O relatório sublinha a necessidade de um novo quadro político que reconheça o carácter transnacional do sector e assegure maior coerência no que se refere ao impacto na concorrência decorrente das políticas nacionais e europeias.

Foi dada especial atenção à defesa, um dos dois pilares - juntamente com a aviação civil - em que assenta a prosperidade do sector. Referindo-se aos EUA, onde a associação entre estes dois ramos do sector é mais notória e a investigação e a inovação são fortemente subsidiadas, o grupo consultivo salientou as economias de escala que resultariam de um mercado integrado europeu de equipamento de defesa.

Entre as suas muitas recomendações, o relatório apelou a:

- uma estratégia coordenada em relação à investigação na aeronáutica civil, que se estima carecer de cerca de 100 mil milhões de euros de fundos públicos e privados nos próximos 20 anos;

- uma estrutura coerente do mercado de equipamento de defesa na Europa, com a harmonização das exigências militares e planificação conjunta dos orçamentos dos contratos públicos;

- desenvolvimento de uma política consolidada do espaço aéreo europeu, com capacidade de vigilância, de reconhecimento e de comando/controlo; e

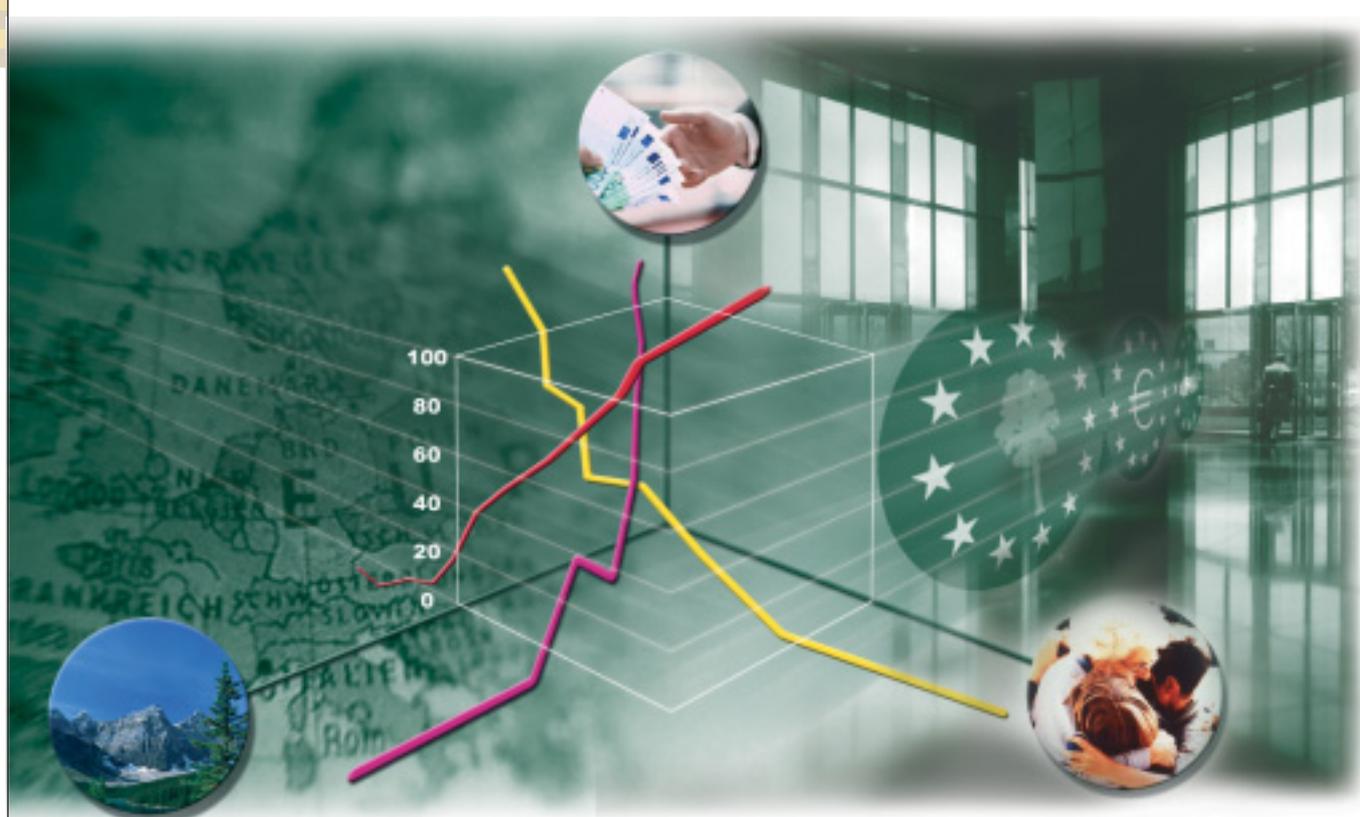
- atribuir à UE a responsabilidade política e de regulação em todos os domínios da aviação civil, falando a uma só voz nas organizações internacionais.

A análise do relatório e as suas recomendações estão a ser apreciadas pelos governos nacionais, pelas instituições europeias e pelo sector.

#### @ CONTACTO:

Klaus.Winkler@cec.eu.int

 **TELECARREGAMENTO ...**  
[europa.eu.int/comm/enterprise/aerospace/index.htm](http://europa.eu.int/comm/enterprise/aerospace/index.htm)



## Responsabilidade social das empresas: um trunfo comercial

*As empresas europeias dinâmicas consideram que pode compensar o facto de contribuírem mais do que lhes é legalmente exigido para o progresso social e ambiental. Em Julho foi aprovada uma estratégia da UE para aproveitar a capacidade empresarial para atingir objectivos de desenvolvimento sustentável. Um novo fórum multilateral sobre a responsabilidade social das empresas à escala da UE irá apreciar os instrumentos para a implementar.*

Na comunicação de Julho da Comissão Responsabilidade Social das Empresas - *Um contributo das empresas para o desenvolvimento sustentável* (COM(2002) 347 final, 2.7.2002), foi apresentada uma estratégia da UE para promover o contributo das empresas para o progresso social e ambiental, para além das obrigações legais de base.

O elemento central desta estratégia será um fórum europeu multilateral sobre a responsabilidade social das empresas (Fórum multilateral RSE), a realizar em Outubro de 2002. Presidido pela Comissão, este fórum permitirá às empresas e outros intervenientes (incluindo sindicatos, ONG, investidores e consumidores) chegar a um consenso sobre a responsabilidade social das empresas (RSE) e debater as práticas que lhe estão associadas.

O fórum pretende promover o intercâmbio de experiências e de boas práticas, ajudar a integrar as iniciativas de RSE à escala da UE numa abordagem comum e identificar domínios em que é necessária mais acção a nível comunitário. Até meados de 2004 haverá acordo, se possível, sobre princípios orientadores à escala da UE para aumentar a transparência e convergência das



práticas e instrumentos de RSE, nomeadamente códigos de conduta, rótulos e formatos de relatórios. Mas a sua utilização continuará a ser totalmente voluntária.

Os trabalhos do fórum serão desenvolvidos em mesas-redondas temáticas sobre questões como RSE e competitividade, a RSE nos países em desenvolvimento, factores específicos das PME e orientações para códigos de conduta, avaliação e garantia da RSE, rótulos de RSE, etc. A ordem de trabalho das mesas-redondas e as conclusões serão inseridas no sítio Europa da Comissão.

A comunicação relativa à estratégia de RSE é o resultado de um longo ano de consultas sobre o Livro Verde da Comissão de Julho de 2001, *Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas* (COM 366 final, 18.7.2001 - ver *Empresa Europa* nº 5). O Livro Verde defendia que a RSE pode criar oportunidades em que todos ganham: empresas, sociedade e ambiente, motivando ao mesmo tempo o pessoal, promovendo a reputação da empresa e melhorando o seu conhecimento dos mercados.

As respostas salientaram a necessidade de critérios e referências comuns de RSE ao nível da UE, para dissipar a confusão criada pela diversidade de critérios, questionários e métodos de classificação de RSE já em vigor.

**Espírito empresarial responsável**  
As estratégias das empresas integram cada vez mais um espírito empresarial responsável.

Uma definição de «responsável» dependerá da especificidade das empresas. Mas um sucesso duradouro depende claramente de um comportamento de acordo com os valores e expectativas da sociedade. Em geral, considera-se que a RSE inclui investimento no pessoal, ser activo na comunidade, respeitar o ambiente e evitar o envolvimento directo ou

## O QUE OS INTERVENIENTES DISSERAM

### EMPRESAS:

- insistem no carácter voluntário e orientado para a empresa da RSE;
- preferem soluções globais;
- alegam que a normalização excessiva seria contraproducente; e
- lembram as responsabilidades dos governos e organizações multilaterais, em especial fora da Europa.

### SINDICATOS:

- a RSE não substitui a regulamentação, sendo os seus instrumentos transitórios;
- a globalização reforça a necessidade de regras nesta matéria; e
- a RSE deve ser integrada num quadro legislativo ou contratual.

### ONG:

- as empresas devem assumir compromissos de RSE verificáveis, baseados em normas internacionais objectivas, aplicadas à escala mundial;
- os sistemas de RSE exigem a participação de todos; e
- a RSE precisa de regulamentação para controlar as acções das empresas.

indirecto em violações do direito laboral ou das normas ambientais, dentro ou fora da Europa.

Um número crescente de empresas já publica relatórios sobre as suas actividades de RSE. Cerca de 50 grandes empresas aderiram à «CSR Europe» ([www.csreurope.org](http://www.csreurope.org)), uma rede de empresas que promove o intercâmbio de melhores práticas e a concepção de instrumentos de gestão da RSE. Um inquérito recente\* a mais de 7 000 PME de 19 países europeus revelou que cerca de metade participavam em actividades sociais externas (patrocínios, donativos, etc.).

As organizações empresariais regozijaram-se por a comunicação não propor medidas regulamentares em matéria de RSE. Os sindicatos e as organizações da sociedade civil, no

entanto, esperam que o fórum produza resultados concretos. Até ao Verão de 2004 será elaborado um relatório sobre os seus trabalhos. A Comissão avaliará depois as suas conclusões, decidirá o seu futuro e apreciará a necessidade de qualquer outra iniciativa que envolva as empresas e os outros intervenientes para continuar a promover a RSE.

JÜRGEN SCHEFTLEIN

### @ CONTACTO:

[Jürgen.Scheftlein@cec.eu.int](mailto:Jürgen.Scheftlein@cec.eu.int)



### TELECARREGAMENTO...

*Livro Verde, respostas e Comunicação:*  
[europa.eu.int/comm/enterprise/services/social\\_policies/index.htm](http://europa.eu.int/comm/enterprise/services/social_policies/index.htm)

*Relatório PME:*  
[europa.eu.int/comm/enterprise/entrepreneurship/support\\_measures/responsible\\_entrepreneurship/index.htm](http://europa.eu.int/comm/enterprise/entrepreneurship/support_measures/responsible_entrepreneurship/index.htm)

\* As PME Europeias e a Responsabilidade Social e Ambiental, Observatório das PME Europeias, Relatório de 2002, Comissão Europeia, DG da Empresa.



# Para uma melhor regulamentação

*As obrigações regulamentares e a má qualidade da regulamentação prejudicam as perspectivas de competitividade, crescimento sustentável e emprego.*

*A fim de intensificar os esforços para simplificar e melhorar o ambiente regulamentar das empresas e dos cidadãos europeus, a Comissão apresentou um novo conjunto de medidas*



O «pacote para uma melhor regulamentação» apresenta uma estratégia coordenada para simplificar o ambiente regulamentar. Foi adoptado pela Comissão e apresentado aos dirigentes europeus em Junho, no Conselho Europeu de Sevilha.

Este pacote dá resposta a um mandato do Conselho Europeu de Lisboa de Março de 2000. Representa uma sequência concreta das ideias constantes do Livro Branco sobre a Governança Europeia para melhorar a qualidade da legislação comunitária. Além disso, integra uma série de recomendações do designado grupo Mandelkern, constituído por funcionários nacionais de alto nível, sobre a melhoria da legislação.

O pacote inclui uma comunicação sobre a governação europeia e a melhoria do processo legislativo, um plano de acção para simplificar e melhorar o ambiente regulamentar, propostas de princípios gerais e normas mínimas para as consultas, bem como uma comunicação sobre a avaliação do impacto.

Reconhecendo que são necessários esforços de todos os intervenientes no processo legislativo, o plano de acção indica medidas circunstanciadas a adoptar pela própria Comissão e propõe iniciativas para o Parlamento Europeu, o Conselho e os Estados-Membros. Por exemplo, analisa como simplificar as regras existentes ao nível da UE e melhorar a elaboração de novos regulamentos, incluindo medidas para um vasto processo de consultas, avaliações do impacto e escolha do tipo de instrumento de política adequado.

A proposta de normas mínimas aplicáveis às consultas garantirá o acesso a todas as informações relevantes. As consultas serão amplamente publicadas, utilizando pontos de acesso únicos e dando tempo suficiente para as respostas, confirmarão a recepção dos contributos e apresentarão os resultados desta troca de opiniões na internet.

O novo sistema de avaliação do impacto integra e substitui os vários procedimentos já utilizados pela Comissão, incluindo o sistema

de avaliação do impacto sobre as empresas (ver *Empresa Europa* nº 8). Proporcionará aos legisladores e aos cidadãos informações mais exactas e mais estruturadas sobre as possíveis consequências, positivas e negativas, das propostas da Comissão sobre a economia, a sociedade e o ambiente. Para além de melhorar a qualidade do Direito comunitário, será um elemento essencial para a estratégia de desenvolvimento sustentável da UE, lançada no Conselho Europeu de Gotemburgo, em Junho de 2001.

No Outono será proposto um segundo conjunto de medidas para uma melhor regulamentação. Estas centrar-se-ão na qualidade da execução das políticas, nomeadamente questões como a comitologia, agências de regulação e procedimentos de infracção.

Um acordo interinstitucional sobre como melhorar a regulamentação será apresentado antes do final do ano. ☰

MONA BJÖRKLUND

@ CONTACTO:

entr-bia@cec.eu.int



**TELECARREGAMENTO...**  
[europa.eu.int/comm/enterprise/library/lib-regulation/libr-regulation.html](http://europa.eu.int/comm/enterprise/library/lib-regulation/libr-regulation.html)

# Produtos da construção: avanço da marcação CE

*A Directiva «produtos da construção» está a constituir um benefício real para empresas e consumidores. A marcação CE foi alargada e, desde o início de Outubro, passou a ser obrigatória para quatro grupos de produtos.*

**O**s primeiros produtos da construção sujeitos obrigatoriamente à marcação CE foram os cimentos comuns. Seguiram-se, em Outubro, os geotêxteis, apoios estruturais e produtos de engenharia para o tratamento das águas residuais. Nos próximos meses o clube dos produtos com marcação CE irá crescer, para integrar elementos de betão pré-fabricado, produtos de isolamento térmico, blocos de gesso e equipamento informático para a construção.

A aplicação da directiva e a utilização da marcação CE nos produtos da construção terá efeitos muito benéficos para a indústria. Alguns produtos da construção, actualmente sujeitos a uma série de procedimentos de avaliação e certificação que variam de país para país, passarão a ter a marcação CE, com base em especificações harmonizadas - sujeitas a um sistema de certificação único - que são válidas para todo o mercado europeu.

Tal irá beneficiar não só os fabricantes de determinados produtos, mas contribuirá também para melhorar os métodos de concepção e os sistemas de construção.

No total, foram até agora publicadas referências a 52 normas harmonizadas de produtos no Jornal Oficial da UE (JO). No final do ano terão sido publicadas no JO mais



de 100 referências deste tipo, elaboradas pelo Comité Europeu de Normalização (CEN).

Quando é publicada no JO, cada norma tem um «período transitório», durante o qual já pode ser utilizada, tornando-se depois obrigatória. Este período de coexistência com as regras nacionais é habitualmente de um ano, embora a sua duração possa variar se os Estados-Membros e a Comissão concordarem.

A entrega das normas harmonizadas sofreu alguns atrasos, mas actualmente verifica-se um progresso notório. Embora ainda faltem quatro a cinco anos para a conclusão total do programa de 500 normas, todos os intervenientes - Comissão, Estados-Membros, CEN e organismos

nacionais de normalização - estão empenhados em ultrapassar as dificuldades que ainda restam.

FRANCKY CALLEWAERT, PASCAL BAR, HELEN SUTCLIFFE

#### @ CONTACTO:

construction@cec.eu.int



#### TELECARREGAMENTO...

[europa.eu.int/comm/enterprise/construction/index.htm](http://europa.eu.int/comm/enterprise/construction/index.htm)

[europa.eu.int/comm/enterprise/construction/internal/specdef/stanlist.htm](http://europa.eu.int/comm/enterprise/construction/internal/specdef/stanlist.htm)

# Imposição da vigilância dos mercados para as directivas da nova abordagem

Uma vigilância ineficaz dos mercados pode prejudicar a credibilidade do sistema da «Nova Abordagem», levando à fragmentação do mercado único. A DG da Empresa aplica uma série de medidas para impedir que tal aconteça e garantir o funcionamento do sistema de forma suave e eficaz.

O controlo dos produtos que já estão ou vão ser colocados nos mercados nacionais é da responsabilidade das autoridades dos Estados-Membros. É um trabalho fundamental para o correcto funcionamento do mercado único. A confiança e transparência entre autoridades nacionais contribui para assegurar a aplicação eficaz da legislação comunitária de forma eficiente e uniforme em todos os Estados-Membros.

No entanto, a diversidade de requisitos e as variações geográficas conduziram a soluções que nem sempre asseguram uma separação rigorosa entre as autoridades responsáveis pela acreditação, designação e vigilância dos mercados, por um lado, e os organismos de avaliação da conformidade, por outro. Estas potenciais fontes de conflito de interesses têm de ser eliminadas.

A DG da Empresa criou medidas para garantir uma vigilância eficaz dos mercados, evitar burocracias ou duplicação dos sistemas existentes e assegurar coerência em toda a UE. Estas medidas incluem:

**Programa de visitas mútuas conjuntas**  
Esta iniciativa, lançada em 1999, permite às autoridades dos Estados-Membros e da Noruega responsáveis pela execução visitarem os seus homólogos da UE. Durante a primeira fase, que terminou em 2001, este programa aplicou-se apenas a

um pequeno número de sectores, como os de brinquedos, compatibilidade electromagnética, equipamentos de baixa tensão, máquinas, equipamentos de protecção pessoal e barcos de recreio.

O programa identificou meios para melhorar a execução e a tornar mais consistente. Incluía a aplicação de um conjunto comum de critérios mínimos de vigilância, controlos de segurança dos produtos nas fronteiras externas, reforço da cooperação administrativa e revisão do procedimento da cláusula de salvaguarda para notificar medidas nacionais que restringem a livre circulação de mercadorias com marcação CE.

**Grupos de cooperação administrativa**  
Tratam-se de fóruns que permitem aos peritos nacionais encarregados da vigilância dos mercados reunirem-se e cooperarem em questões práticas. Actualmente reúnem-se informalmente e apenas em relação a certas directivas: baixa tensão, compatibilidade electromagnética, máquinas, equipamento de protecção pessoal, barcos de recreio, elevadores, brinquedos e equipamento terminal de rádio e telecomunicações.

**Ações transfronteiras de vigilância dos mercados**

A Comissão apoia campanhas de controlo transfronteiras. Desde 1999 que financia projectos de vigilância dos mercados que envolvam pelo menos dois Estados-Membros e/ou países

candidatos à UE. O financiamento serve para promover contactos e cooperação prática e para divulgar as melhores práticas numa perspectiva de médio prazo.

Entre as actividades elegíveis para apoio incluíam-se: inspecções conjuntas, desenvolvimento de metodologias de controlo e de análise de risco, partilha de resultados de ensaios, intercâmbio de informações, eventos conjuntos e cooperação através da telemática.

Um exemplo é o novo sistema de informação e comunicação com base na internet (ICSMS), que vai permitir que inspectores em qualquer ponto da Europa introduzam dados sobre produtos seguros ou não seguros. As outras autoridades de inspecção podem consultar ou fazer comentários às informações e depois reagir de forma adequada a possíveis ameaças de produtos não seguros.

O projecto ICSMS foi iniciado por um núcleo central de Estados-Membros - Bélgica, Alemanha e Suécia -, a que se juntaram agora a Áustria e o Luxemburgo, tendo a indústria também mostrado grande interesse no sistema. O ICSMS oferece grandes vantagens, nomeadamente:

- os dados sobre produtos não seguros podem ser distribuídos rapidamente e de forma eficaz, permitindo que os inspectores locais reajam imediatamente às informações;

- a língua operacional será o inglês, mas os organismos de inspecção podem introduzir os dados na sua própria língua. A interface do utilizador funcionará em todas as línguas oficiais da UE;

- serão criados automaticamente modelos de notificação ou documentos de cláusula de salvaguarda que poderão ser enviados electronicamente; e

- instrumentos de avaliação permitirão que os utilizadores ajustem os procedimentos e definam prioridades para os projectos.

Inicialmente, o ICSMS cobrirá apenas nove directivas: baixa tensão, máquinas, elevadores, barcos de recreio, elevadores, equipamento de pressão, recipientes de pressão simples, brinquedos, equipamento de protecção pessoal e a directiva revista de segurança geral dos produtos. Todavia, a qualquer momento podem ser acrescentados mais domínios ao sistema.

A introdução de dados e uma fase-piloto começaram no início de

2002, estando o sistema agora pronto para ser alargado a todos os Estados-Membros, permitindo um maior aperfeiçoamento e ajustamentos em relação aos requisitos nacionais. O ICSMS será apresentado oficialmente numa conferência internacional sobre a vigilância dos mercados em 16 de Outubro, em Berlim.

RITA L'ABBATE

@ CONTACTO:

Rita.L'Abbate@cec.eu.int



**TELECARREGAMENTO...**

[www.icsms.org](http://www.icsms.org)

[www.hinte-messe.de/europaeische-konferenz/findex.htm](http://www.hinte-messe.de/europaeische-konferenz/findex.htm)

[europa.eu.int/comm/enterprise/regulation/index.htm](http://europa.eu.int/comm/enterprise/regulation/index.htm)

## Tamanho das embalagens livre ou fixo?

Será necessário fixar por lei a quantidade de cada embalagem, garrafa ou recipiente à venda nos supermercados, drogeries ou lojas «faça você mesmo»? Ou o tamanho das embalagens deve ser livre?

Integrado numa avaliação em curso para analisar a justificação da legislação de pré-embalagem, a DG da Empresa publicou um novo documento de trabalho para consulta. Sugere que o tamanho livre das embalagens dá mais escolha aos consumidores e incentiva as empresas a inovar e a promover a competitividade.

Este documento recorre a várias fontes:

- o inquérito de Novembro de 2001 do Eurobarómetro revela que os consumidores podem comparar facilmente - e comparam - o custo de embalagens diferentes através dos preços unitários, cuja afixação a legislação comunitária exige na maior parte das lojas (ver *Empresa Europa* nº 7);

- alguns estudos de casos de inovação confirmam que a indústria e os retalhistas beneficiam com a mudança de gosto dos consumidores

cada vez mais sofisticados. À medida que os bens são comercializados em embalagens mais diversificadas, a fixação das suas dimensões é cada vez mais difícil de justificar;

- uma análise comparativa da legislação revela que a maior parte dos parceiros comerciais da UE permite embalagens de tamanho livre; e

- uma análise económica sugere ser pouco provável que a fixação dos tamanhos corrija as imperfeições do mercado. Poderá até suceder o contrário, uma vez que pode limitar a escolha dos consumidores, impedir a inovação e reduzir a competitividade.

O documento conclui que, em geral, a concorrência se intensificaria com a liberdade de escolha dos tamanhos. No entanto, pode haver excepções para sectores específicos. A fixação de tamanhos únicos para o vinho ou bebidas

espirituosas, por exemplo, permitirá a utilização de garrafas de vidro mais leves, sem custos adicionais para os consumidores.

Está em curso, via Internet, uma consulta a consumidores, retalhistas, fabricantes e outros interessados, que se manterá aberta até ao final de Novembro. São utilizadas diversas ferramentas Web, incluindo um fórum de discussão e questionários em linha. O acesso à consulta, nas 11 línguas da UE, pode fazer-se através do endereço que se segue.

DANIEL HANEKUYK

@ CONTACTO:

Daniel.Hanekuyk@cec.eu.int



**TELECARREGAMENTO...**

[europa.eu.int/comm/enterprise/prepack](http://europa.eu.int/comm/enterprise/prepack)



# Revisão da Directiva «dispositivos médicos»

A Directiva «dispositivos médicos» (93/42/CE) fornece um enquadramento jurídico adequado, de acordo com um novo relatório de peritos, para garantir a segurança dos doentes e assegurar que as regras técnicas acompanham o progresso tecnológico.

Os dispositivos médicos são utilizados para fins de diagnóstico e tratamento, bem como para compensação de qualquer lesão ou deficiência. A directiva abrange mais de 400 000 produtos, desde equipamentos de imagiologia para raios X, cadeiras de rodas, lentes de contacto, preservativos e pensos para implantes na bacia.

No entanto, o relatório, que reflecte os resultados dos debates entre a Comissão e as autoridades nacionais e representantes da indústria, organismos notificados e

organizações de normalização, conclui que ainda são necessários mais esforços para melhorar a aplicação da directiva.

Salienta que já estão em curso iniciativas para resolver as questões suscitadas. Entre elas incluem-se tarefas relacionadas com a investigação clínica, avaliação da conformidade, revisão da concepção dos dispositivos médicos e vigilância do mercado.

O relatório baseia-se em exemplos concretos para mostrar como o sector dos dispositivos médicos contribui para melhorar a saúde dos cidadãos. Descreve igualmente como a UE influenciou o grupo de trabalho para a harmonização global dos dispositivos médicos e a regulamentação de países como a Austrália, Canadá e EUA.

A Comissão pretende apresentar uma comunicação até ao final do ano com as conclusões políticas do relatório.

O relatório, em inglês, pode ser consultado no endereço electrónico indicado a seguir.

KAREN HOWES

@ CONTACTO:

Karen.Howes@cec.eu.int

TELECARREGAMENTO...  
[europa.eu.int/comm./  
enterprise/medical\\_devices/  
index.htm](http://europa.eu.int/comm./enterprise/medical_devices/index.htm)

# Comissão e China debatem regras de segurança nos sectores eléctrico e mecânico

**A** DG da Empresa e a Administração Central da República Popular da China estão a desenvolver contactos relativamente à Supervisão da Qualidade e Inspeção e Quarentena (AQSIQ).



vez maior de normas internacionais nos sectores electro-técnico e mecânico.

Após uma reunião bem sucedida no início deste ano, as duas partes, juntamente com representantes da indústria, irão prosseguir as conversações na China, em Novembro. A agenda inclui um debate sobre os dois regimes regulamentares e a exploração dos potenciais benefícios mútuos nos sectores electro-técnico e mecânico.

## Melhorar a segurança

Na reunião de Março a atenção centrou-se na legislação chinesa e europeia e na vigilância dos mercados, numa tentativa de melhorar a segurança global dos produtos eléctricos. Esta reunião permitiu à delegação chinesa explicar os requisitos legislativos e os procedimentos de inspeção aplicados ao equipamento eléctrico antes da sua importação ou exportação.

As inspeções destinam-se a controlar a qualidade dos produtos comercializados, bem como a garantia de aplicação das respectivas normas de segurança e higiene, que são acompanhadas de sanções, em caso de não respeito. Em resultado deste processo, a China está a adoptar um número cada

Simultaneamente, as duas partes trocaram informações sobre os equipamentos eléctricos que foram exportados e que não respeitaram os requisitos internos. Prevê-se que estes intercâmbios aumentem no futuro.

A fim de desenvolver os contactos entre peritos sectoriais chineses e europeus, a delegação chinesa sugeriu que alguns dos seus engenheiros viessem à Europa debater questões de interesse mútuo com os seus homólogos, para poderem compreender melhor os requisitos técnicos da UE em matéria de produtos eléctricos

### @ CONTACTO:

Georg.Hilpert@cec.eu.int

**TELECARREGAMENTO...**  
[europa.eu.int/comm/enterprise/electr\\_equipment/internat.htm](http://europa.eu.int/comm/enterprise/electr_equipment/internat.htm)

# Actualização PECA



## Rubricados PECA com a Estónia e a Eslováquia

Em 19 de Julho de 2002 foi rubricado um Protocolo ao Acordo Europeu sobre a Avaliação da Conformidade e Aceitação de Produtos Industriais (PECA) com a Estónia. Abrange os sectores da baixa tensão, compatibilidade electromagnética, elevadores e brinquedos. Prevê-se que até ao final do ano sejam acrescentados os sectores dos equipamentos de pressão, recipientes de pressão simples, aparelhos a gás e, se possível, produtos de construção.

Também foi rubricado um PECA com a Eslováquia em 29 de Julho de 2002. Os sectores abrangidos são as máquinas, equipamento de protecção pessoal, segurança eléctrica, compatibilidade electromagnética e equipamento e sistemas de protecção para utilização em atmosferas potencialmente explosivas. Em função da evolução das negociações poderão ser acrescentados mais sectores.

A assinatura destes dois PECA está prevista para o Outono de 2002.

### @ CONTACTO:

Goran.Lindholm@cec.eu.int

**TELECARREGAMENTO...**  
[europa.eu.int/comm/enterprise/regulation/pecas/pecas.htm](http://europa.eu.int/comm/enterprise/regulation/pecas/pecas.htm)

## Comissário Liikanen reúne com organizações europeias de normalização

A reunião anual entre o Comissário Liikanen e o Grupo da Co-Presidência das três organizações europeias de normalização reconhecidas [Comité Europeu de Normalização (CEN), Comité Europeu de Normalização Electrotécnica (CENELEC) e Instituto Europeu de Normas de Telecomunicações (ETSI)] realizou-se em 12 de Julho.

Os principais pontos abordados foram:

- medidas para implementar o plano de acção eEurope para 2002 e sua extensão até 2005;
- vertente internacional da normalização e progressos nos intercâmbios mútuos e na coordenação de actividades para promover a filosofia das normas europeias fora da UE; e
- progressos após o relatório da Comissão sobre «Acções tomadas a seguir à Resolução de 1999 do Parlamento e do Conselho sobre Normalização Europeia», de Setembro de 2001, e subsequentes conclusões do Conselho de Março de 2002.

Foram igualmente discutidas novas iniciativas, como as normas europeias para os contratos públicos no domínio da defesa e aspectos ambientais da normalização.

### @ CONTACTO:

Gerhard.Leibrock@cec.eu.int

# Conferência Eurocódigos



A publicação dos dois primeiros «Eurocódigos» - EN 1990 e EN 1991-1-1 -, que juntamente com outros 55 irão em princípio formar um conjunto completo de códigos de concepção de edifícios e de obras de engenharia civil, foi assinalada por uma importante conferência em Bruxelas, em 25 de Julho.

Subordinada ao tema «Eurocódigos - códigos de construção para a Europa», a conferência reuniu mais de 300 especialistas, incluindo engenheiros, arquitectos, agentes de normalização, representantes da indústria da construção e autoridades nacionais responsáveis pela regulamentação da construção.

Os Eurocódigos vão estabelecer regras de concepção comuns harmonizadas para a UE. Embora estas sejam facultativas, conduzirão sem dúvida à redução das barreiras ao comércio, a uma maior segurança para os cidadãos europeus e a mais oportunidades de investigação e inovação.

A conferência, organizada pela DG da Empresa, debateu todos os aspectos técnicos e operacionais da iniciativa. A Comissão confirmou que tenciona elaborar uma recomendação para promover a utilização dos Eurocódigos em todos os Estados-Membros e desenvolver acções de investigação para os apoiar.

MICHAIL PAPADOYANNAKIS

### @ CONTACTO:

construction@cec.eu.int

### TELECARREGAMENTO...

[europa.eu.int/comm/enterprise/  
construction/internal/essreq/  
eurocodes/euroindex.htm](http://europa.eu.int/comm/enterprise/construction/internal/essreq/eurocodes/euroindex.htm)

# Guia Empresa sobre normas e legislação

A DG da Empresa acaba de publicar um «Guia Empresa sobre métodos de referenciação de normas na legislação, com especial ênfase na legislação europeia». Destinado aos legisladores europeus, apresenta recomendações de melhores práticas para quem optar por se remeter para normas aquando da elaboração de legislação.

São múltiplas as vantagens da utilização de normas na legislação. Em vez de ter de encontrar soluções para questões técnicas difíceis, o legislador pode aproveitar os conhecimentos dos criadores das normas. Graças ao procedimento

consensual, aberto e transparente, de criação dessas normas e à sua vasta aceitação posterior, é igualmente de prever o respeito geral da legislação. Além disso, as normas reflectem os últimos desenvolvimentos técnicos e consequentemente têm de ser revistas periodicamente.

A nível europeu, a Comunidade recorre largamente à referência directa e indirecta a normas, sejam obrigatórias ou voluntárias, oferecendo aos legisladores uma diversidade de opções. O guia apresenta exemplos de opções e de procedimentos utilizados para adaptar a

legislação à evolução técnica, e examina as respectivas vantagens e desvantagens à luz da segurança jurídica e as implicações processuais da adaptação da legislação quando uma norma referenciada é revista. ≡

O guia pode ser solicitado a:

Gerhard Leibrock  
Comissão Europeia  
DG da Empresa, Unidade G2,  
B-1049 Bruxelas

ou por e-mail  
Gerhard.Leibrock@cec.eu.int

## Publicações



### DOCUMENTO EMPRESA N° 9, 2002: PROJECTO-PILOTO DE AVALIAÇÃO DO IMPACTO SOBRE AS EMPRESAS - RELATÓRIO FINAL

O relatório final do projecto-piloto de avaliação do impacto sobre as empresas (AIE) foi publicado, em inglês, na série Documentos Empresa. Também pode ser consultado por via electrónica nas 11 línguas comunitárias (ver abaixo telecarregamento).

O documento indica as conclusões do projecto, que terminou em Março de 2002 (ver *Empresa Europa* n° 8), e inclui recomendações para melhorar a análise do impacto da legislação sobre as empresas. Identifica igualmente os factores positivos do novo sistema integrado da Comissão de avaliação do impacto (ver p. 16).

**Contacto :** Comissão Europeia, DG da Empresa, Unidade G1,  
B-1049 Bruxelas.  
Fax: + 32-2-2959784  
e-mail: [entr-bia@cec.eu.int](mailto:entr-bia@cec.eu.int)

**Telecarregamento :** [europa.eu.int/comm/enterprise/library/enterprise-papers/paper9.htm](http://europa.eu.int/comm/enterprise/library/enterprise-papers/paper9.htm)

### ACTUALIZAÇÃO SOBRE A INDÚSTRIA DE MÁQUINAS

A DG Empresa concluiu uma análise rápida de avaliação da situação competitiva da indústria de máquinas e equipamentos da UE, disponível em inglês na Internet, no endereço abaixo indicado.

Esta análise regista a evolução do sector até Julho de 2002, com base em dados até Dezembro de 2001. As 29 000 empresas do sector empregam 3,4 milhões de pessoas e produzem um valor-acrescentado de 178,1 mil milhões de euros na UE. O documento analisa igualmente as tendências recentes das construções mecânicas e eléctricas a nível da UE e a nível nacional.

**Contacto:** [Pablo.Ayala-Fernandez@cec.eu.int](mailto:Pablo.Ayala-Fernandez@cec.eu.int)  
**Telecarregamento:** [europa.eu.int/comm/enterprise/mechan\\_equipment/engineering\\_comp\\_2002.htm](http://europa.eu.int/comm/enterprise/mechan_equipment/engineering_comp_2002.htm)

## Agenda

**Reunião anual do CEN**  
Lisboa, 10 de Outubro de 2002  
Contacto: [Katherine.Morris@cecnorm.be](mailto:Katherine.Morris@cecnorm.be)

**Dia Mundial da Normalização**  
14 de Outubro de 2002  
[www.iso.ch/iso/en/commcentre/wsd/2001wsdindex.html](http://www.iso.ch/iso/en/commcentre/wsd/2001wsdindex.html)

**Indústria do vestuário da UE adere à alta tecnologia**  
Bruxelas, 15 de Outubro de 2002  
[europa.eu.int/comm/enterprise/textile/conf\\_apparel.htm](http://europa.eu.int/comm/enterprise/textile/conf_apparel.htm)

**Cimeira «e-skills»**  
Copenhaga, 17-18 de Outubro de 2002  
[www.e-skills-summit.org](http://www.e-skills-summit.org)

**Conferência do CEN sobre os equipamentos de pressão na Europa**  
Bruxelas, 19-20 de Novembro de 2002  
Contacto: [Kristien.Vanینگelgem@cecnorm.be](mailto:Kristien.Vanینگelgem@cecnorm.be)

**Fórum Europeu do Turismo 2002**  
Bruxelas, 10 de Dezembro de 2002  
[europa.eu.int/comm/enterprise/services/tourism/tourism\\_forum/index.htm](http://europa.eu.int/comm/enterprise/services/tourism/tourism_forum/index.htm)



**UM ELÉCTRICO NA CIDADE DE BRNO**, na República Checa, foi «raptado» pelo Euro-Info-Centro (EIC) local e converteu-se num anúncio circulante das actividades anuais de apoio à comunidade empresarial.

Os 400 mil habitantes de Brno podem usar o eléctrico, pintado de cores brilhantes, com resplandecentes logotipos do EIC, para fazerem o longo percurso entre o centro da cidade e os seus arredores. A última paragem é no Centro de Exposições de Brno onde será inaugurada, em Novembro, a Feira «Contact-Contract 2002».

Libor Kejda, o director do EIC, comenta: «Este era o veículo ideal para promover nosso EIC. Para além dos logotipos claramente visíveis do exterior, e que chamam a atenção a centenas de potenciais clientes por dia, também o interior do eléctrico disponibiliza 46 «poster» e folhetos onde se poderá anunciar eventos, seminários e outras actividades organizadas por quem nos procura ou por nós mesmos».

A rede de EIC, gerida pela DG da Empresa, conta com quase 300 centros de apoio às empresas em 37 países da Europa. Fundada em 1987, é hoje a maior rede do continente vocacionada para o apoio à comunidade empresarial.

Contacto: [eicbrno@ohkbrno.cz](mailto:eicbrno@ohkbrno.cz)

